

Estados *mais pobres* **terão**

R\$ 2 bi

**LIBERAÇÃO DE VERBAS
SERÁ CONDICIONADA A
MELHOR DESEMPENHO**

O governo deve resolver na semana que vem a crise de endividamento dos Estados mais pobres, por meio da convocação extraordinária do Conselho Monetário Nacional. O secretário do Tesouro Nacional, Murilo Portugal, apresentou ao senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), relator da proposta de renegociação da dívida, a alternativa de liberação de novos recursos condicionada ao cumprimento de exigências por parte dos governadores. Os recursos atingiriam R\$ 2 bilhões e seriam liberados pela Caixa Econômica Federal (CEF).

Em troca da solução, os governadores terão de se comprometer a limitar as despesas com pessoal em 60% da receita, iniciando o enxugamento da folha no próximo ano, a não promover novas contratações, a não oferecer salários maiores que os da União, a não contratar novas Antecipações da Receita Orçamentárias (AROs) e a seguir à risca o programa de privatização e concessão de serviços. Além disso, os Estados terão de prestar contas, mensalmente, ao Tesouro sobre o cumprimento dos compromissos.

Bezerra pediu providências urgentes em relação aos Estados de Alagoas e Mato Grosso, onde, segundo ele, "os funcionários públicos já estão passando fome". O relator disse, ainda, que a liberação de empréstimos no valor de R\$ 2 bilhões aos Estados mais pobres será feita mediante cobrança de juros de 6% ao ano mais a TR. A proposta do governo é de cobrança em 18 meses, mas Bezerra pretende ampliar o prazo para 30 meses, até o término do mandato dos atuais governadores.

Outra proposta do governo é a de manter o comprometimento de 11% da receita líquida dos Estados apenas para o pagamento das dívidas das Companhias de Habitação e de outras não rentáveis. Isto, segundo Bezerra, poderá reduzir em até 5% o comprometimento da receita em alguns Estados. O relator espera uma solução para São Paulo, Rio e Minas até dezembro.